

O GENOCÍDIO CONTÍNUA

Fotos: Yasser Qudih/AFP

Desde outubro de 2023, temos testemunhado a intensificação do massacre perpetrado pelo Estado de Israel contra o povo palestino

É preciso dizer claramente: não se trata de uma guerra convencional, mas de genocídio em Gaza. É o que aponta relatório de Comissão de Inquérito Independente da Organização das Nações Unidas (ONU) em extenso relatório divulgado no dia 16 de setembro de 2025.

A comissão também revela que, mesmo depois do anúncio de cessar-fogo em Gaza, em outubro do ano passado, o genocídio continua. E, em 23 de junho de 2026, concluiu que Israel visa deliberadamente crianças em Gaza.

Essa realidade não é recente. Há mais de 78 anos, o povo palestino enfrenta as

consequências das políticas de ocupação do Estado de Israel, marcadas por deslocamentos forçados e violência sistemática: uma Nakba (catástrofe) que se prolonga no tempo.

O projeto de limpeza étnica planejado e levado a cabo é reconhecido inclusive por historiadores israelenses, como Ilan Pappé. Os palestinos são submetidos a um regime institucionalizado de apartheid, como comprovam extensos relatórios da Anistia

Internacional, Human Rights Watch, bem como da organização israelense de direitos humanos BT' Selem, comissões e conselhos da ONU.

É urgente a nossa organização para exigir a interrupção desse genocídio e confrontar o projeto colonial sionista, sustentado por interesses imperialistas que buscam a hegemonia e a exploração em escala global — afetando a soberania de diversos povos, inclusive a nossa.



É IMPORTANTE:
antissionismo não é antissemitismo

Antissemitismo é uma forma reconhecida de racismo contra pessoas judias. Antissionismo é oposição ao sionismo – ideologia supremacista marcada pelo expansionismo, colonização e ocupação violenta das terras palestinas e árabes. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

ATO em SOLIDARIEDADE ao POVO PALESTINO

Dia 15/8 (SÁBADO), às 14h, na Praça Roosevelt. **PARTICIPE!**

O que O Brasil tem a ver com isso?

Fotos: arquivo/Sindicato

A grande mídia muitas vezes reproduz narrativas que omitem as ações do Estado de Israel, enquanto deslegitimam a resistência palestina

Embora setores tentem rotular a resistência como terrorismo, é importante lembrar que o direito de um povo sob ocupação de resistir é um princípio discutido no âmbito do Direito Internacional. Quem exerce o controle e a força cotidiana sobre o território é o Estado de Israel. As agressões são frequentemente apresentadas como uma “guerra” entre partes iguais, mas a realidade mostra um conflito profundamente desigual — entre um poder estatal agressor e uma população civil vítima de um processo de genocídio contínuo. Não há cessar-fogo real em Gaza



Ato na Av. Paulista pela Palestina Livre!

e em toda a Palestina.

O Estado brasileiro possui responsabilidade histórica. Em 1947, o Brasil presidiu a sessão da ONU que recomendou a partilha da Palestina sem a consulta aos seus habitantes nativos. Esse ato abriu caminho para as políticas de deslocamento e violência que já duram mais de 78 anos.

Como signatário da Convenção para a Prevenção

e a Repressão do Crime de Genocídio, o Brasil tem obrigações legais de agir diante de tais evidências. No entanto, o país mantém relações comerciais e tratados com o Estado de Israel, incluindo o fornecimento de insumos como petróleo e metais. Exigimos o rompimento de todas as relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Estado de Israel.

ENTRE EM CONTATO CONOSCO: Instagram: @frentepalestinasaopaulo

As armas de Israel MATAM no Brasil e na Palestina



Uma das maiores indústrias do Estado de Israel é a de armamentos, que lucra bilhões anualmente exportando tecnologias de monitoramento e guerra

O regime sionista utiliza os territórios ocupados como um campo de testes real para armamentos e softwares de vigilância, que são posteriormente comercializados globalmente com o selo de eficácia em combate.

Estas tecnologias, desenvolvidas sob a lógica da ocupação, chegam às mãos de forças policiais no

Brasil e são aplicadas em operações que vitimam a população negra e periférica — um processo de extermínio que também atinge os povos indígenas em nosso território. Vemos essa tecnologia nas ruas através de sistemas de vigilância como o Smart Sampa, drones e veículos blindados, além da atuação de empresas

de segurança privada que aplicam doutrinas baseadas nessas táticas militares.

A campanha de boicote, desinvestimento e sanções (BDS) ao Estado de Israel atende a um chamado do povo palestino há 20 anos e é responsabilidade dos estados-nacionais, corporações e instituições, como

demonstra a relatora especial de Direitos Humanos para os Territórios Palestinos Ocupados da ONU, Francesca Albanese.

É uma luta também pelas vidas negras, indígenas, da classe trabalhadora. Portanto, essa mobilização é, fundamentalmente, uma luta pela libertação e pela dignidade de toda a humanidade.

Uma publicação do



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo. **Presidente:** Dagnaldo Gonçalves Pereira. **Diretor Responsável:** William Lima Felipe. **Arte:** Maria Fíguro, MTb 25.888-SP.

Sede: Rua Padre Adelino nº 700 – Belém - CEP: 03303-000 – São Paulo – SP. **Fone:** (11) 2095-3600. **Data:** Julho/Agosto 2026. **www.metroviarios.org.br**